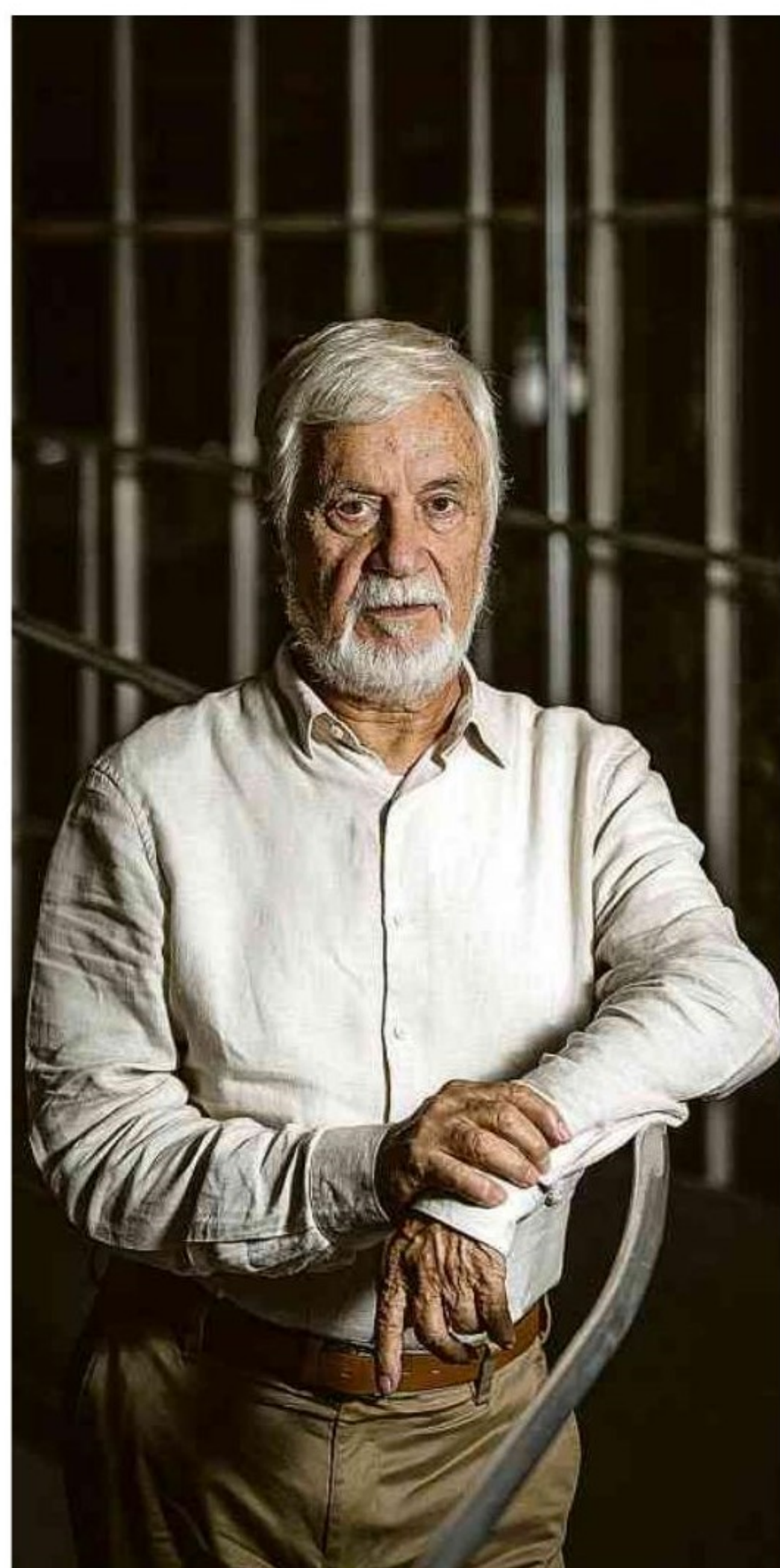


mercado



O economista Edmar Bacha Guito Moreto - 8.mai.19/Ag. O Globo

Melhora de imagem do país pode turbinar a economia

Para especialistas, modelo de substituição de importações leva Brasil à desindustrialização

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A abertura comercial do país poderia impulsionar o crescimento da economia e a diversificação da pauta exportadora nos próximos anos, mas o Brasil precisa avançar também em algumas agendas, entre elas, questões educacionais, de sustentabilidade e combate à corrupção. Essa é a avaliação de especialistas e empresários que participaram nesta segunda (27) do 4º Encontro O Brasil Quer Mais - O Lugar do Brasil no Mundo, realizado pelo ICC Brasil, entidade que reúne os membros brasileiros da Câmara de Comércio Internacional.

O argumento de que o custo Brasil não permite uma abertura mais rápida foi atacado pelos debatedores e citado como uma falácia.

Edmar Bacha, sócio-fundador e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, afirmou que, de acordo com dados de 2018, o Brasil representava 3% do PIB (Produto Interno Bruto) e 1% das exportações mundiais, era a 25ª maior economia exportadora e 8ª maior em termos de PIB. O país tem um comércio internacional que representa 25% do PIB, ante uma média mundial de 60%.

Segundo Bacha, é necessário pensar em um Plano Real para a indústria como uma maneira de reindustrializar o país.

Para ele, o modelo de substituição de importações e proteção industrial foi importante até meados do século pas-

sado, mas hoje contribui no sentido contrário, para desindustrializar o país.

"O normal seria termos uma participação no comércio internacional de 50% do PIB. Não tem porque a gente prosseguiu muito além do razoável em uma estratégia de substituição de importações. As empresas vêm para o Brasil mirando o mercado interno, incapazes de exportar, com raras e honrosas exceções", afirmou Bacha, que defendeu uma redução substancial de tarifas.

Tânia Cosentino, presidente-executiva da Microsoft e presidente do Conselho de CEOs da ICC Brasil, afirmou que o Brasil é um país protecionista demais e que uma taxa de abertura comercial passando de 25% para 50% do PIB pode elevar o crescimento do país em dois pontos percentuais.

"Temos aquela visão ainda protecionista, e isso é o que impede ganhos de produtividade e o crescimento", afirmou.

A executiva disse que questões como infraestrutura, desburocratização e educação são críticas, mas que também é necessário determinar qual a vocação do Brasil, para ir além do agro e do setor mineral, além de trabalhar a marca Brasil para recuperar a credibilidade na questão da corrupção e de sustentabilidade.

"A gente está vivendo um retrocesso na nossa pauta ambiental, e isso está impactando na nossa credibilidade. Até a nossa pauta agrícola sofre pressões e embargos."

Vera Thorstensen, professora da Escola de Economia de SP na FGV, disse que o Brasil possui as tarifas alfandegárias mais altas do setor industrial entre países emergentes. Afirmou também que o Mercosul não está garantindo proteção à indústria brasileira dentro do bloco.

"Estamos trabalhando com a invasão da China na América do Sul, principalmente na Argentina. A China está jantando a parte industrial do Brasil. O Mercosul não está segurando mais nada", afirmou.

Ela também falou que a questão ambiental colocou o Brasil como "o menino feio do baile" e ameaça acordos já estabelecidos.

"A gente está conseguindo melar um acordo glorioso, com a União Europeia. Algum outro país tem interesse em fazer acordo com o Brasil? Esqueçam".

Pedro Passos, conselheiro e fundador da Natura, afirmou que o lobby dos setores favoráveis à proteção é muito forte no país, com entidades que não representam as indústrias inovadoras e que usam o argumento do Custo Brasil e do aumento do desemprego de forma distorcida.

"Setorialmente pode perder aqui ou acolá, mas no agregado da sociedade vamos gerar mais empregos e, se não fizermos essa modificação, vamos continuar a assistir esse filme de terror em que a indústria brasileira perde participação não só no mercado externo, mas também no próprio país."

Francisco Gomes, presidente-executivo da Embraer, afirmou que a empresa é uma exceção em relação à participação do país no comércio exterior, com mais de 80% da receita vinda das vendas ao exterior.

Ele citou dois exemplos que afetam a competitividade da companhia: a tributação pela contratação de serviços que não estão disponíveis no Brasil e a importação de máquinas de alta tecnologia.

"Nesses serviços, temos de pagar cerca de 45% de impostos. Os nossos concorrentes de outros países não pagam. Quando precisa importar um maquinário para nossas fábricas, temos de pagar também um imposto de importação importante e que os nossos concorrentes não precisam. Essas duas coisas afetam nossa competitividade, apesar de ser um mercado muito aberto."

Empresários marcam encontro com Guedes por agenda de 'retomada verde'

Daniele Madureira

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve encontrar mês que vem com representantes do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), grupo que reúne cerca de 80 grandes empresas responsáveis por 47% do PIB (Produto Interno Bruto) do país.

A data prevista para o encontro é 6 de outubro. Na pauta, o posicionamento "Empresários pelo clima", divulgado oficialmente nesta segunda-feira (27), no qual a instituição cobra do governo Jair Bolsonaro o protagonismo do Brasil na área ambiental.

"Vamos defender com o ministro que a retomada tem que ser verde", diz a presidente do CEBDS, Marina Grossi, ressaltando que a questão climática é fundamental para os negócios.

"A desigualdade social, os riscos de uma nova pandemia e o uso indevido das florestas, via desmatamento ilegal, podem ser combatidos com o fortalecimento do Brasil como protagonista na agenda ambiental", afirma a executiva, durante entrevista à imprensa para anunciar o posicionamento.

Um estudo do CEBDS com 61 companhias, que representam 90% do capital negocia-

do em Bolsa no Brasil, apontou que a adoção de ações sustentáveis tem potencial para gerar uma receita de US\$ 123,7 bilhões.

De acordo com Marina, o desmatamento responde por 48% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. "Desse total, 98% são de desmatamentos ilegais", afirma. "Resolvida essa questão, o país atingiria 80% do compromisso feito no Acordo de Paris", diz ela, referindo-se ao acordo global firmado em 2015 com o objetivo de reduzir o aquecimento global.

A carta "Empresários pelo Clima" foi assinada até agora por 107 grandes empresas sediadas no país e por dez entidades empresariais. Dessas 107, 55 são companhias associadas ao CEBDS, que lidera a iniciativa. "As adesões ainda estão ocorrendo", diz Marina.

Entre os signatários, estão empresas como Alcoa, B3, Carrefour, Embraer, Bradesco, Grupo Ultra, Shell, BRF, JBS, Klabin, Natura, Renner, Nestlé, Amazon, JSL, Korin, Marfrig, Mastercard, Vivo, Votorantim, MoVIDA, Suzano, os escritórios de advocacia Tozzini Freire e Mattos Filho, além de entidades como Abimaq (máquinas e equipamentos), Abal (alumínio), Abag (agronegócio) e Amcham Brasil (Câmara Americana).

Além de Guedes, a CEBDS

quer apresentar o documento para os ministros Joaquim Álvaro Pereira Leite (Meio Ambiente), Carlos Alberto Franco França (Relações Exteriores) e Tereza Cristina (Agricultura).

"Já tivemos uma sinalização positiva do Itamaraty [sede do Ministério das Relações Exteriores] e da ministra Tereza Cristina", diz Marina.

A carta será apresentada antes da COP26, conferência do clima da ONU (Organização das Nações Unidas), que acontece em novembro em Glasgow, na Escócia. O evento deve entrar para a história como a conferência climática mais importante desde a realizada na França em 2012, quando se estabeleceu as bases para a assinatura do Acordo de Paris - que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global.

No mês passado, a carta já foi apresentada a Alok Sharma, presidente da COP26.

"O documento indica que o setor privado dá um respaldo para que o Brasil avance nestes temas, que se tornaram de imensa importância na agenda das empresas", diz Marina referindo-se à adoção de critérios ESG, relacionados à governança ambiental, social e corporativa nas companhias.

A executiva explica que o acesso ao capital e a reputação empresarial são determinantes para que cada vez mais companhias adotem estes critérios. Investidores estrangeiros estão muito atentos ao tema e buscam negócios sustentáveis. "É uma virada de chave para as empresas: não basta falar, é preciso agir", diz Marina.

No documento, os empresários afirmam que "objetivos climáticos ambiciosos correspondem à nossa convicção de que o Brasil deve buscar o protagonismo nas negociações de clima". Caso o país não mantenha sua centralidade nesse diálogo, diz, pode arcar com um "enorme prejuízo ao setor produtivo e à sociedade".

Para os signatários do documento, o Brasil "tem vantagens comparativas extraordinárias" para alcançar uma economia de emissões líquidas de carbono neutras. Para isso, é preciso "desenvolver um arcabouço político-regulatório que apoie essa trajetória dentro de um compromisso firme com ações eficazes para a preservação do meio ambiente e o cumprimento das metas de combate ao desmatamento ilegal".



Marina Grossi, presidente do CEBDS Divulgação

Veto é derrubado, e lei contra despejos vai até fim do ano

Washington Luiz e Renato Machado

BRASÍLIA O Congresso derrubou nesta segunda (27) o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que proibia despejos na pandemia.

De acordo com o texto da lei, ficam suspensas as decisões emitidas desde a entrada em vigor do estado de calamidade pública, em 20 de março de 2020, que impusesse a desocupação ou remoção forçada coletiva de imóvel usado por trabalhadores individual ou por famílias. A proibição vale até 31 de dezembro deste ano.

Em relação às ocupações, a regra vale para aquelas ocorridas antes de 31 de março de 2021 e não alcança as já efetivadas na data de publicação da lei.

Ao justificar o veto, o governo argumentou que a proposta daria um "salvo conduto para os ocupantes irregulares de imóveis públicos, frequentemente, com caráter de má fé,

que já se arrastam em discussões judiciais por anos".

"Ademais, ressaltava-se que os impedimentos descritos na proposição legislativa poderiam consolidar ocupações existentes, assim como ensejar danos patrimoniais insuscetíveis de reparação, como engorda de praias, construções de muros de contenção, edificações, calçadas ou espiões nas áreas de bens de uso comum do povo, ou danos ambientais graves poderiam ser cometidos no período de vigência desta lei", disse o governo à época, em nota.

Com a derrubada do veto, não poderá haver atos ou decisões judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem na desocupação ou remoção forçada coletiva de imóvel privado ou público, urbano, que sirva para moradia ou produção até o fim de 2021.

A proposta também garante que não poderá ser concedida liminar para desocupação de imóveis alugados. Para isso, o locatário deverá

comprovar que houve alteração da situação econômico-financeira por causa da pandemia que resultou em incapacidade de pagamento do aluguel e dos demais encargos sem prejuízo da subsistência familiar.

Serão beneficiados pela nova regra aqueles com contratos cujo valor mensal do aluguel não seja superior a R\$ 600, no caso de locação de imóvel residencial, e R\$ 1.200, na locação de imóvel não residencial.

A negociação para desconto, suspensão ou adiamento de pagamento de aluguel poderá ser realizada por e-mail ou aplicativos de mensagens. O conteúdo extraído terá valor de aditivo contratual.

Se não houver acordo com o locador para desconto, suspensão ou adiamento de pagamento de aluguel no período da pandemia, o locatário ficará autorizado a desistir do contrato, sem multas ou aviso prévio de desocupação até o fim de 2021.